



Jorgimar: Manuel da Silva

**OPREÂMBULO DE INSTABILIDADE POLITICA INSTITUCIONAL NA GUINÉ-
BISSAU: CRISES DIMENSIONAIS ENTRE 1980-1998**

Redenção-CE
2017



Jorgimar Manuel da Silva

**O PREÂMBULO DE INSTABILIDADE POLITICA INSTITUCIONAL NA GUINÉ-
BISSAU: CRISES DIMENSIONAIS ENTRE 1980-1998**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - CE como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Humanidades.

Orientador:

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

Redenção-CE
2017

Aos que estiveram acompanhando a minha trajetória acadêmica, principalmente a minha família. À minha mãe, Isabel Manuel da Silva, ao meu pai, Verissimo Gomes da Silva. Aos meus irmãos, às minhas irmãs e a todos aqueles que me deram ajuda financeira, bem como moral nessa longa caminhada de estudos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Ossâgo de Carvalho, por ter aceitado orientar-me na realização deste trabalho e pela rigorosidade que tem mostrado durante todo o momento de trabalho, meu muito obrigado! Sem o seu apoio, o trabalho não teria sido concretizado. Em seguida, agradeço muito aos meus amigos e irmãos, Carin Sou, Tamilton Teixeira, Didier Té, Farã Vaz, Calilo Fati, Felisberto Mango, Filif Infaga, Pedro Gomes. Agradeço, igualmente, a todos os que me deram apoio ao longo da minha trajetória acadêmica. O meu agradecimento vai também aos meus professores da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). À professora Artemisa Odila Candé, que me ajudou com matérias para realização do trabalho. Ao professor Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, pelo conselho que, muitas vezes, me deu. Ao professor Mário Biaguè. Agradeço, também, aos meus conterrâneos africanos e asiáticos, cabo-verdianos, guineenses, angolanos, são-tomenses, moçambicanos e timorenses, sem esquecer-se de agradecer ao Governo Brasileiro pelo apoio financeiro. Agradeço, por fim, à Instituição da UNILAB pelo espaço concedido para a concretização dos meus sonhos.

RESUMO

O presente trabalho tenta compreender os fenômenos de instabilidade política e social na Guiné-Bissau desde os anos de 1980 até 1998. O primeiro propósito centra-se em estudar e analisar os motivos das insurgências políticas na Guiné-Bissau, buscando compreender as implicações político-sociais que sempre estiveram na causa da instabilidade nesse país. O segundo propósito focaliza-se em analisar os impasses políticos neste país, tentando trazê-los à luz da ciência, mostrando seus prejuízos ou suas consequências na desintegração da sociedade guineense ao longo de duas décadas. Por último, procuramos trazer o papel do Estado da Guiné-Bissau quanto à estabilização e ao desenvolvimento do país.

Palavras-chave: A ruptura. Guiné-Bissau. Cabo Verde.

ABSTRACT

This paper tends to understand the phenomena of political and social instability in Guinea-Bissau from the 1980s to 1998. The first purpose is to study and analyze the reasons for political insurgencies in Guinea-Bissau seeking to understand the socio-political implications that have always been the cause of instability in that country. The second purpose is to analyze the political impasses in this country, trying to bring them into the light of science showing its damage or its consequences in the disintegration of Guinean society over two decades. Finally, we seek to bring the role of the State of Guinea Bissau to the stabilization and development of the country.

Keywords: Guinea-Bissau, and, Cap Verd, disrcupt.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CIDAC	Centro de Informação e Documentação Amilcar Cabral
CIFAP	Centro de Instrução e Formação Artesanal Profissional
CNJ	Conselho Nacional de Juventude
CSL	Conselho Superior da Luta
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FIGURIN	Frente Guineense para a Revolução e Independência Nacional
FLING	Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné
INJ	Instituto Nacional da Juventude
MFDC	Movimento das Forças Democráticas de Casamansa
MLN	Movimento de Libertação Nacional
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAM	Programa Alimentar Mundial
PIB	Produto Interno Bruto
PRS	Partido da Renovação Social

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	9
2 - O “MOVIMENTO REAJUSTADOR” E OS SEUS MOTIVOS PARA GOLPE DE 14 DE NOVEMBRO DE 1980.....	10
2.1 GUINÉ-BISSAU: PERSEGUIÇÕES ENTRE DIRIGENTES POLÍTICOS	22
2.2 A LUTA DE PODER NA GUINÉ-BISSAU O “FENÔMENO DE INSTABILIDADE POLÍTICA”	25
2.3 O CASO 17 DE OUTUBRO DE 1985	27
3-CRISES E CONFLITOS INSTITUCIONAIS NA GUINÉ-BISSAU DE 1990-1998....	29
3.1 GUINÉ-BISSAU NO INÍCIO DOS ANOS 90: ABERTURA POLÍTICA	29
3.2 GUERRA CIVIL DE 1998-1999 NA GUINÉ-BISSAU	31
4-O PAPEL DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU PARA A ESTABILIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA VISÃO DOS ENTREVISTADOS	39
4.1 DIREITOS CIVIS E A LIBERDADE DA IMPRENSA	41
4.2 DESAFIOS PARA AS NOVAS GERAÇÕES.....	44
5-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Na Guiné-Bissau após a declaração da sua independência unilateralmente em 1973 pelo governo de Portugal, o país tem enfrentado uma série de golpes de Estado, o que passa girando um clima de instabilidades política no país. Conforme salienta O`regam Davin Thompson (2013) “uma série de crises” que pendura há mais de um década transformou a Guiné-Bissau em um dos estados mais frágeis de África. Esse ciclo continua de violência política, instabilidade e governação deficiente agravaram-se ainda mais nos últimos anos especialmente na sequência dos golpes que tem acontecido no final do século XX e primeira década do século XXI. A Guiné-Bissau após todas suas instabilidades política, o país passa “ocupando posição baixa no índice de desenvolvimento humano (IDH) com 0,42 dados referentes ao ano 2014” (PNUD, 2016). Os sucessivos relatórios do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), nos últimos anos, colocaram a Guiné-Bissau na lista dos países que alcançaram menos progresso em termos de desenvolvimento humano. No *ranking* dos 180 países medidos pelas Nações Unidas através de PNUD, em 2014, a Guiné-Bissau ocupava a posição número 176 à frente apenas dos países com as mesmas situações de instabilidade (PNUD, 2016). Partindo desse contexto, foi o que nos levaram a estudar e analisar as razões principais desses acontecimentos no sentido de pensar uma nova política de para o desenvolvimento institucional e estatal para o país.

Durante a pesquisa, utilizamos o método qualitativo com base nas pesquisas bibliográficas, pelas quais coletamos muitas informações através de artigos, monografias, dissertações, livros e teses. Realizamos, também, entrevistas com diferentes pessoas, portanto, isso nos leva a concluir que o presente trabalho é de natureza bibliográfica e documental. O trabalho está dividido em três seções. Na primeira, procuramos analisar o acontecimento de “Movimento Reajustador”, de 14 de novembro de 1980, bem como analisar as razões que levaram à sua criação. Na segunda seção, procuramos entender as consequências e os prejuízos dos conflitos na Guiné-Bissau, principalmente o conflito político militar de 07 de junho de 1998-1999. Por último, na terceira seção, procuraremos trazer o papel do Estado da Guiné-Bissau em um contexto de construção de uma nova forma que visa encontrar uma política para o desenvolvimento desse país.

2 - O “MOVIMENTO REAJUSTADOR” E OS SEUS MOTIVOS PARA GOLPE DE 14 DE NOVEMBRO DE 1980

Nesta sessão, procuramos analisar os motivos de insurgências contra o Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 à luz de vários autores, entre os quais podemos citar Teixeira (2008, p. 22-23), o qual afirma que “foi um golpe que sela a separação política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, acabando com o sonho de unificação destes dois países”. Nesse contexto, a nossa perspectiva é procurar encontrar as principais razões desse acontecimento que, conseqüentemente, levou ao rompimento da ideia de Estado binacional pensado por Amílcar Cabral.

Após a independência de Guiné-Bissau, o guineense Francisco Mendes, que exercia o cargo de comissário do partido, em 1973, assumiu o cargo de primeiro-ministro, e Luis Cabral foi escolhido presidente pelo PAIGC.

O primeiro governo herdou um país devastado pela exploração em massa dos recursos naturais e humanos por partes do Estado Colonial e pela Guerra da Libertação Nacional. Luis Cabral foi deposto em 1980, por Golpe de Estado chefiado pelo general guineense João Bernardo Vieira, natural de Bissau, veterano da Luta de Libertação Nacional. (TEIXEIRA, 2015, p. 195)

Segundo Carvalho (2014, p. 39):

No dia 14 de novembro de 1980, a cidade de Bissau anoiteceu sobressaltada, ao som de tiros e movimentações do corpo militar liderado por João Bernardo Vieira. O rádio foi silenciado. Falava-se em problemas dentro do partido, com muitas prisões do pessoal da cúpula.

O movimento foi antes de mais nada definido como um “reajustamento”, cujos objetivos prioritários eram o combate às injustiças, a resolução da crise econômica e a satisfação das mais prementes necessidades do povo,

Ao mesmo tempo em que a esse povo eram dadas condições para ser senhor do seu destino. Da mesma maneira, o movimento propôs-se a realçar o partido, restabelecendo o debate e a participação e rever o processo de unidade Guiné-Cabo Verde. (CIDAC¹, 1980, p. 7)

¹ CIDAC: Centro de Informação e documentação Amílcar Cabral. Dezembro de 1980. Fundação Mário Soares. Pasta: 043520005.

Em qualquer que seja o país, o destino para o seu desenvolvimento deve partir do próprio povo, mas, no caso da Guiné-Bissau, o que se verifica é totalmente diferente, portanto, vale a pena questionar o seguinte: por que é que isso acontece até hoje?

Segundo Correia de Sá (2010, p. 24),

O golpe de 14 de novembro foi interpretado pelos antigos combatentes guineenses do PAIGC como uma forma de tirar o poder político da mão dos cabo-verdianos, realizando a ideia de que os próprios guineenses podiam dirigir o país.

Ainda, o referido autor destaca que “uma ala de cabo-verdianos controlava a chefia do aparelho estatal e foram os principais colaboradores dos portugueses durante o processo de colonização na Guiné-Bissau” (CORREIA DE SÁ, 2010, p. 24).

Desse modo, o Movimento Reajustador de 14 de novembro vem sendo caracterizado como uma revolução nacionalista e populista, sem ter à partida, grande definição política, ideológica e programática. (CIDAC, 1980, p. 8)

Augel (2007, apud TEIXEIRA, 2015, p. 195) disse o seguinte: o Golpe de Estado, chamado de “Movimento Reajustador”, seria uma forma de preservar a memória do passado “tradicional” como contraponto à “modernização” defendida pelo governo de Luís Cabral.

Para Vieira (1983, apud TEIXEIRA, 1983, p. 7):

Outra justificativa do Golpe de Estado foi a de tirar o poder político das mãos dos cabo-verdianos, que detinham cargos-chave no governo de Luís Cabral, para devolvê-los aos “verdadeiros” combatentes para a independência. Nós éramos somente reconhecidos na frente de combate. Por isso, quando fizemos 14 de novembro, fomos condenados e tratados de bandidos e de traidores. Mas como? Marchamos de Kalaboui a Boké combatendo em toda fronteira ao rio Geba. Como podemos ser bandidos?

No que diz respeito às razões do “Movimento Reajustadora”, Soares Sousa (2012, p. 36) observa que “a centralização e a concentração do poder na mão de uma elite política tendencialmente mais isolada e afastada da base sociológica de apoio vão entrar em contradição e até em confronto com a crescente marginalização [das populações]”. Ainda, esse autor observa que:

O Estado, que devia funcionar como instrumento de satisfação do bem-estar e de proteção dessa maioria sociológica, transformou-se em uma entidade ao serviço de uma minoria, em um quadro em que, como já se disse, a mobilidade social só se processava no interior da máquina político-partidária que corporizava e/ou controlava o partido/Estado. Essas seriam as razões que conduziram ao Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980. [...] mas houve mais razões que estiveram por detrás do golpe. Uma delas prendia-se ao debate em torno do anteprojeto dos estatutos e do programa a apresentar ao 3º Congresso do PAIGC, e que a ala guineense do partido chegou a reputar de antidemocrático. [...] a outra estava associada ao projeto de revisão constitucional, que, do ponto de vista do líder do golpe de 14 de novembro de 1980, João Bernardo Vieira (“Nino”), se tinha objetivado na absoluta personalização do poder e na rejeição da identidade do povo guineense. (SOUSA, 2012, p. 36)

Segundo o relatório feito pelo Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC, 1980, p. 3-4),

[...] as razões para o movimento de 14 de novembro, uma delas é a própria crise do PAIGC na Guiné-Bissau relativa ao esvaziamento das estruturas partidárias com crescente dificuldade de mobilização e com obstáculos ao debate e à aplicação da democracia revolucionária.

Ainda, no referido relatório, lê se que:

Essa crise do partido era compensada pelo reforço das posições autoritárias, pelas medidas de forte censura nos órgãos da informação e pelo endurecimento da segurança, o que provocava um ambiente de intimidação: a segurança praticava torturas e prisões indiscriminadas e sem garantias legais, desencadeava rusgas em Bissau e estava a reforçar-se organicamente para maior operacionalidade e dureza de controlo social. [...] refletia-se, também, na condescendência em relação aos crescentes privilégios da camada dirigente ao nível do aparelho de Estado, bem como na acumulação de erros em política económica que iam desde a aprovação de projetos sobredimensionados ou de mero prestígio até a incorreta gestão da ajuda externa. Essa situação provocou um profundo descontentamento popular, conjunturalmente agravado pela rotura do abastecimento de produtos básicos alimentares, nomeadamente arroz, originando uma situação de fome no país que estava a atingir um ponto explosivo. Tais fatores eram tanto mais graves quanto se multiplicavam os casos de corrupção, de ostentação de privilégios, de esbanjamento dos dinheiros públicos, bem como fenômenos de nepotismo e favoritismo, aliás, ainda recentemente denunciados pelo Secretário Geral do PAIGC na reunião do Conselho Superior da Luta, que tivessem sido tomadas medidas de correção. Também nas FARP² se acumulavam os fatores de descontentamento não só como reflexo da tensão popular e da pressão social, mas ainda em aspectos específicos como eram a

² FARP: Forças Armadas Revolucionárias do Povo.

gravidade dos problemas sociais que afetavam os antigos combatentes, os baixos salários dos militares, o desagrado por algumas colocações e as promoções por altura da recente hierarquização das FARP. Mas para além dessas motivações corporativas, havia também a reação das FARP como fidelidade ao espírito da luta e em oposição aos desvios do poder. (CIDAC, 1980, p. 3-4)

Essas afirmações nos levam à compreensão de que isso foi uma das razões principais que contribuíram para a separação dos dois países irmãos (Guiné-Bissau e Cabo Verde). Segundo Monteiro (2013, p. 226), “é através dos acontecimentos de 14 de novembro de 1980 que a Guiné-Bissau se separa definitivamente de Cabo Verde depois de longos anos de reivindicações da independência conjunta”; ainda, a referida autora aponta que:

as possibilidades políticas renunciadas que justificavam essa ruptura são passíveis de muitas leituras e interpretações tanto pela ala bissau-guineense do PAIGC, quanto pela ala cabo-verdiana do PAIGC. [...] sobre as razões que levaram a ação militar não faltam justificações. [...] um dos membros entrevistados do PAIGC de Bissau salienta que “o 14 de novembro aconteceu por causa de asneira cometidas depois da luta”. Depois da morte de Cabral, o partido caiu em uma nova contradição. Luis Cabral não podia ser presidente da república pós-independência, visto que foi o mesmo motivo que estava em torno da morte de Amílcar Cabral. (MONTEIRO, 2013, p. 226)

Para Fernandes (2007), apesar de os dirigentes políticos terem feito de tudo para mostrar às populações que, no seio do PAIGC, tudo funcionava com normalidade e o projeto da unidade era um fato que devesse se consumir mais cedo ou mais tarde,

a verdade é que o PAIGC, partido que dirigiu os Estados da Guiné-Bissau e Cabo Verde estava afetado por algumas enfermidades. Confirma isso o relatório do secretário-geral do PAIGC ao CSL³ em junho de 1980. Nesse relatório, o secretário-geral põe a tônica no fator ideológico, alegando que ela deva estar veiculada ao comportamento dos homens e, em primeiro lugar, dos responsáveis do partido e dos Estados. (FERNANDES, 2007, p. 91)

No mesmo relatório, Fernandes (2007, p. 91) cita o seguinte:

[...] fenômenos graves como a irresponsabilidade, a tolerância face aos erros, a negligência no trabalho, não são mais do que o resultado da passividade e da falta de rigor ideológico” que “se manifesta por

³ CSL: Conselho Superior da Luta.

outras formas tais como o amiguismo, o nepotismo, a ostentação e a ambição pessoal em uma demonstração de clara subordinação do interesse coletivo ao proveito próprio”. O relatório não podia ser mais claro. Não aponta o “dedo” a ninguém, mas dá sinais evidentes de que a crise ideológica e a corrupção estavam a minar o alicerce do partido.

Segundo Fernandes (2007), Olívio Pires afirmou que Nino Vieira teria interpretado as críticas de Aristides Pereira como um ataque à sua pessoa, uma vez que, dentro do partido, nem tudo era “um mar de rosas”. Parecia um dado evidente como Pedro Pires mais tarde veio afirmar que não “havendo um 14 de novembro talvez, viesse a acontecer outra coisa. Sabíamos entre nós que havia qualquer coisa que não marchava bem” (FERNANDES, 2007, p. 91-92).

Uma das razões do golpe, segundo Correia de Sá (2010), é aprovação do texto da nova constituição pela Assembleia Nacional Popular, em sessão extraordinária de 12 de novembro de 1980, não obstante a rejeição “de muitos chamados ‘representantes do povo’”.

Esse fato, adicionado ao comportamento do país e também ao crescente mal-estar social, traduzido em desconfiança mútua e ódios, resultantes das perseguições dos órgãos da segurança do Estado, seriam a base da crescente instabilidade política. Nesse ambiente de permanentes conflitos internos no PAIGC, na Guiné-Bissau, seis anos após a independência, o primeiro presidente indicado pelo PAIGC, Luís Cabral, em 1974, foi deposto através de um Golpe de Estado em 1980. E esse Golpe de Estado foi liderado pelo comandante de guerra João Bernardo Nino Vieira, o qual havia dirigido a luta contra colonos portugueses no sul do país. (CORREIA DE SÁ, 2010, p. 23)

As razões do descontentamento de Nino Vieira relacionavam-se com a introdução de patentes militares no seio das Forças Armadas, em 1979. Os antigos combatentes sentiam uma profunda injustiça perante o sistema de cotas,

que permitia promover jovens cabo-verdianos recém-chegados de Portugal ou de Cabo Verde e sem nenhuma legitimidade militar a comandarem os verdadeiros combatentes da liberdade da pátria. Quanto a Nino Vieira, considerou não ter sido promovido de forma justa, tendo em conta o seu passado na luta de libertação, acabando por reagir de uma forma que os juristas qualificam como de legítima defesa. (SANGREMAN et al., 2005, p. 13-14)

O 14 de novembro acontece por causa de desvalorização. Os guineenses sentiam-se insatisfeitos com a forma como alguns cabo-verdianos estavam sendo

promovidos para dirigir a Guiné-Bissau, além de outras situações como problemas dentro do próprio partido (PAIGC), de onde se originou o dito Golpe de 1980, que “sela a separação política entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde”, assim, terminando “com o sonho de unificação destes dois países” (TEIXERA, 2008, apud CORREIA DE SÁ, 2010, p. 24). Ainda, conforme cita o referido autor,

É importante saber que, além dos conflitos no interior do próprio partido, o Golpe de Estado de 1980 trouxe à tona os conflitos ideológicos. O primeiro grupo era a ala moderada do PAIGC, que defendia a reforma interna no partido. O segundo era composto, na sua maioria, por jovens que haviam acabado de retornar dos seus estudos em países como França, Portugal e Estados Unidos – onde os valores da democracia eram amplamente aceitos e difundidos. O terceiro era a ala “linha dura”, formada, na sua maioria, por aqueles que defendiam uma política conservadora em defesa dos seus interesses e privilégios. (TEIXEIRA, 2008, apud CORREIA DE SÁ, 2010, p. 24)

O referido acontecimento “passou então por duas fases claramente diferenciadas” CIDAC⁴ (1980, p. 5). Destaca-se que a primeira foi curta, circunscrevendo-se, praticamente, às primeiras 48 horas, mas deu uma marca bastante negativa ao arranque do movimento:

Caracterizou-se, essencialmente, negativa por três fatores: a intervenção de Rafael Barbosa no rádio, a irrupção de uma dinâmica anticabo-verdiana e a omissão de referências a Amílcar Cabral e ao PAIGC nas posições oficiais. A interpretação corrente para explicar essa primeira fase invoca a improvisação agravada pela antecipação, o oportunismo de alguns e o fato de que, naquele momento, as preocupações eram mais operacionais que políticas. Mas essas explicações são talvez insuficientes, tanto mais que se gerou, à partida, uma inequívoca dinâmica antipartido. A segunda fase do movimento foi caracterizada pelo tema do reajustamento, pela reafirmação da linha política de Amílcar Cabral e do PAIGC e pelo convite ao secretário-geral do PAIGC para vir a Bissau, com apelos à revitalização do partido e à dinamização das suas estruturas. São feitos esforços por travar e corrigir a dinâmica anticabo-verdiana e inicia-se o processo ao anterior regime, com a denúncia dos seus excessos, centrada particularmente na revelação dos fuzilamentos de guineenses em valas comuns, na sua maioria “comandos africanos” que serviram o exército colonial. Essa denúncia provocou um autêntico e sincero traumatismo coletivo. (CIDAC, 1980, p. 5-7)

⁴ CIDAC: Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral. Dezembro de 1980. Fundação Mário Soares. Pasta: 043520005.

A direção do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) “ao não conseguir garantir o equilíbrio de participação nos governos da Guiné e de Cabo Verde provocou ruptura com o seu princípio ideológico de unidade” (SEMEDO, 2011, p. 108). Conforme as palavras da ex-combatente Maria Augusta Furtado, “não houve a verdadeira unidade”, pois, para ela, “havia a presença cabo-verdiana nos altos cargos administrativos civis e militares no governo da Guiné-Bissau. Deveria existir guineenses em Cabo Verde a ocupar funções na estrutura do governo”. Portanto, “existindo isso”, na opinião dela, “poder-se-ia evitar o desmembramento da unidade tal como aconteceu. Segundo uma das premissas de Panebianco (2005), “esse comportamento inevitavelmente contribuiu para a fragilização da organização, aliás, a distribuição do que ele chamava de incentivo coletivo e seletivo” é “indispensável para o controle de fatores que podem” gerar “desequilíbrios na organização e sua consequente desintegração” (SEMEDO, 2011, p. 108). Monteiro (2013, p. 226) apresenta dados da entrevista de um dos membros do PAIGC de Bissau, o qual afirma que “a unidade Guiné e Cabo Verde era apenas para luta armada. Depois teria que ter administração separada”. Entretanto, “os cabo-verdianos ocupavam lugares de destaque em Bissau, enquanto em Cabo-Verde não tinha sequer nenhum bissau-guineense na administração do Estado. Esses conflitos de interesses geraram o 14 de novembro de 1980”.

Baldé (NÔ PINTTCHA, 2002, apud SEMEDO, 2009, p. 57) afirma que:

Amilcar Cabral nunca tencionava assumir o poder em nenhum dos dois países, no entanto, para esses cargos, ele pretendia colocar Osvaldo Vieira na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde Aristides Maria Pereira.

“E se essa intenção de Amilcar fosse considerada pelos seguidores, talvez o seu projeto tivesse durado mais tempos” (SEMEDO, 2009, p. 57).

Para Monteiro (2013, p. 234), “os bastidores do golpe de Estado, os membros do partido da ala bissau-guineense consideram a unidade Guiné-Bissau e Cabo-Verde como unidade de ‘cavalos e cavaleiros’”, ou seja, onde somente os cabo-verdianos exerciam poder na Guiné-Bissau.

Tudo mostra que era inevitável acontecer o passado golpe de 14 de novembro, ressaltando a fala daquilo que Lopes (1987, p. 185) vem destacando:

[...] dirigentes cabo-verdianos eram promovidos rapidamente para aumentar o número de representantes nacionais de Cabo Verde na direção. Nas patentes militares, os cabo-verdianos, apesar de terem uma participação fraca em número na luta armada, eram favorecidos. No campo da política externa, Cabo Verde mantinha relações diferentes das opções mais radicais da Guiné-Bissau.

Lopes (1987, p. 182) afirma que “a contestação de 14 de novembro de 1980 abriu novas perspectivas de transformação”, mas trouxe consigo, sobretudo, a necessidade de se voltar a questionar e tentar responder a uma série de problemas e questões: Uma boa parte dos dirigentes do PAIGC terá ultrapassado a fase nacionalista? Os dirigentes do PAIGC suicidaram-se, enquanto pequeno-burgueses? Quais as razões da desmobilização do MLN? Por que razão manter indefinidamente a dualidade partido/movimento? O vazio ideológico no seio da direção do PAIGC terá sido voluntário? E, finalmente, como se explica o ressurgimento do debate sobre o racismo e etnocentrismo?

Djaló (2012, p. 270) ressalta que “as causas que serviram de detonador para esse golpe que pôs fim ao projeto de união Guiné-Cabo Verde” são amplamente conhecidas e analisadas em uma grande quantidade de artigos e de obras. Assim:

Esse acontecimento é duplamente simbólico para o nosso propósito. Por um lado, ele pôs um termo ao papel político de primeiro plano dos cabo-verdianos, datando de vários séculos e, por outro lado, esse Golpe de Estado constitui um segundo entrave ao desenvolvimento da comunidade mestiça na Guiné-Bissau sendo a primeira a independência em relação a Portugal. [...] Vimos que a infiltração do aparelho político-administrativo na Guiné-Bissau pelos funcionários cabo-verdianos e mestiços guineenses pôde perpetuar-se através das épocas e períodos históricos radicalmente antagônicos. Se por razões históricas já evocadas o seu papel de auxiliares e de burocratas da administração colonial foi determinante na gestão administrativa da colônia, são os membros dessa mesma comunidade que constituíam a liderança do movimento armado de libertação nacional. Vimos que, durante a Guerra da Libertação, eles ocupavam os postos-chave na direção política, diplomática e militar. Essa tendência foi consideravelmente reforçada após a independência. [...] Até 1976, em sete membros da mais alta instância do PAIGC, a comissão permanente do Comitê Executivo da Luta, três são cabo-verdianos (Aristides Pereira, Pedro Pires e Abílio Duarte), dois são guineenses de origem cabo-verdiana (Luís Cabral e Constantino Teixeira) e dois guineenses (Nino Vieira e Umarú Djaló). O regime do presidente Luís Cabral, caracterizado pelo autoritarismo e pela concentração de poder, tinha evoluído para o seu irmão Amílcar mais temia, isto é, a deriva do centralismo democrático para o centralismo burocrático. Esse regime era também marcado por escolhas políticas profundamente divergentes das escolhas de Cabo Verde. Essa amálgama de crise

institucional, resultando do desequilíbrio crescente do poder entre o Estado e o partido, e étnica, isto é, conflito entre guineenses e cabo-verdianos, mascarava um conflito muito mais fundamental: a oposição entre a tendência tecnocrática reunida em torno de Luís Cabral e a tendência militar-populista e negrófila reunida em torno de Nino Vieira. (DJALÓ, 2012, p. 270-271)

Para Antero da Conceição Monteiro Fernandes (2007, p. 93), aponta que “sobre as razões que levaram a essa ação militar, intitulado de Movimento Reajustador e negando o epíteto de golpe”, ainda para o referido autor, “afirma João Bernardo Vieira que o recurso às armas não foi, porém, a via mais fácil para nós”.

Nos últimos tempos, houve várias tentativas de, no quadro dos princípios básicos do nosso partido o PAIGC, solucionarmos os graves problemas nacionais. Infelizmente, mercê de uma política antidemocrática, de flagrante desvio à linha do partido, foram sendo bloqueadas todas as possibilidades de discussão e de diálogo. Como causas fundamentais que originaram a nossa ação do passado dia 14 de novembro, realçamos a degradante situação econômico-social do país, o desvio da linha ideológica do partido consubstanciado na progressiva eliminação dos princípios do centralismo democrático, no combate duro à aplicação do princípio da crítica e autocrática, na deturpação do princípio da unidade Guiné-Cabo Verde, e na introdução do divisionismo no seio dos militantes, responsáveis e dirigentes. Aparentemente, não havia qualquer descontinuidade ideológica a justificar o golpe. Na mesma comunicação telegráfica endereçada a Aristides Pereira, Vieira reafirmava ao “camarada secretário-geral que os acontecimentos de 14 de novembro nada têm contra linha e pensamento do saudoso Amílcar Cabral e os fundamentos do partido”. Os novos poderes em Bissau, nomeadamente o Conselho da Revolução, eram formados por “verdadeiros militantes” estavam “prontos e abertos para discussões” e como tal “não houve nenhum desvio as linhas do partido”. “É tido como detonador da ação militar a revisão constitucional que, segundo João Bernardo Vieira, objetivou-se na personalização do poder e na negação ao povo guineense da sua identidade nacional”. É que também, segundo os golpistas, enquanto que em Cabo Verde a constituição não permite a um guineense ser presidente, o texto da Guiné foi elaborado para permitir que um cabo-verdiano seja presidente e permite a pena de morte na Guiné e não em Cabo Verde. Os guineenses reclamavam a unidade na igualdade. (FERNANDES, 2007, p. 93)

Por conseguinte, vale a pena salientar que o golpe de 14 de novembro de 1980 tem várias razões, tendo em conta as crises e as divergências dentro do partido, como se pode perceber na citação seguinte do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC, 1980, p. 3):

A segurança praticava torturas e prisões indiscriminadas e sem garantias legais, desencadeava rusgas em Bissau e estava a reforçar-se organicamente para maior operacionalidade e dureza de controle social. A crise política refletia-se também na condescendência em relação aos crescentes privilégios da camada dirigente ao nível do aparelho de Estado, bem como na educação de erros em política econômica que iam desde a aprovação de projetos ou de mero prestígio até a incorreta gestão da ajuda externa.

No que se refere às razões do Movimento Reajustador, houve várias interpretações por parte dos diferentes autores que já debruçaram sobre o assunto, como observa Monteiro (2013, p. 228):

[...] várias foram as razões descritas pelos estudiosos que nortearam o derrubem do primeiro governo pós-independência que gerou a Segunda República”. Mas o contexto etnográfico amplamente estudado por pesquisadores do Centro de Informação e Documentação Amilcar Cabral, em Lisboa (CIDAC), um mês depois do acontecimento, é que sinaliza as principais razões que levaram ao fim do projeto de Cabral, a saber: a crise que se instituiu no PAIGC de Guiné-Bissau, gerando a perda de capacidade de mobilização popular, ou seja, o descontentamento por parte da população local, que se sentiu traída pelas medidas de forte repressão política, prisões arbitrárias, flagrantes abusos dos direitos humanos, etc.

Além disso, “outro aspecto da ruptura política foi o binacionalismo”. O dirigente não era escolhido “pelas suas qualidades, mas pela sua nacionalidade. Essa política favorecia nitidamente a ala cabo-verdiana que, sendo fracos em número, viam-se investidos de uma força que não possuíam na Guiné-Bissau.” (LOPES, 1987, apud TEIXEIRA, 2015, p. 198).

Em suma, é importante observar que as abordagens de atores apresentadas nos parágrafos anteriores carregam versões diferentes sobre o Golpe de 1980, embora todas elas apresentem explicações que buscam fundamentar as razões desse acontecimento histórico que ainda está presente na memória coletiva dos seus viventes.

Portanto, o “golpe de 1980 gerou uma crise profunda no interior do PAIGC e selou a separação política entre Cabo Verde e Guiné-Bissau, acabando com o processo de unificação dos dois países”. Dessa forma, “os ‘dissidentes’ cabo-verdianos do PAIGC, descontentes com a destituição do governo de Luís Cabral, fundaram o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), em 1981, sob a liderança de Pedro Pires e Aristides Pereira” (TEIXEIRA, 2015, p. 197-198).

Para Carvalho (2014, p. 43), “o movimento teve consequências desastrosas, não só para o país de forma geral, mas de forma particular para o PAIGC, e, apesar do tempo decorrido, continua a ser sentidas talvez de forma mais violenta nos dias de hoje”. Ainda, o referido autor reforça a ideia de que:

Uma das consequências imediatas foi o corte de relação com o Cabo Verde [...] matando definitivamente o sonho de Cabral. Com a separação confirmada, muitos cabo-verdianos abandonaram a Guiné, deixando descalça a administração pública pela experiência que detinham. Essa fora a grande questão posta por José Carlos Schwarz que perguntava: sem cabo-verdiano, e depois? Iríamos nós, guineenses, conseguir ser tão bons ou melhores do que esses nossos camaradas cabo-verdianos. (CARVALHO, 2014, p. 43)

As consequências ocorridas após o Golpe de Estado de 1980 causaram múltiplos prejuízos e o aumento de perda dos quadros formados, o que também acelerou o processo de emigração de nova geração no sentido de procurar o melhoramento de vida, buscando um futuro melhor?

[...] o movimento não conseguiu resolver ou atenuar a grande crise econômica, se não através de algumas ajudas de países amigos em gêneros alimentares, ajuda que servira para calar as vozes imediatas, pois a crise permaneceu, devido ao abandono de projeto do governo anterior, cujo financiamento se teve que pagar, mas cujo retorno não chegou a acontecer. (CARVALHO, 2014, p. 44)

Segundo Sousa (2012, p. 37-38), “os avanços e os planos importantes em vários setores iniciados na Primeira República foram postos em causa, ridicularizados e mesmo abandonados pelas novas autoridades de uma forma incompreensível”. Assim, esse autor explica que faz referência, “entre muitos outros”, aos seguintes projetos:

a produção de mel e cera em Gabu, a cerâmica de Bafatá, fábrica de artigos de plástico, fábrica de curtumes, fábrica de fundação e oficinas metalo-mecânicas, uma unidade de transformação de castanha de caju, fábrica de farinha e óleo de palma de Cacheu, e Bijagós, centrais elétricas em Portogole, Gabu, Bissorã, Frim, fábrica de produção de cal dos Bijagós, a criação de uma companhia estatal de seguros e de uma empresa de petrominas, etc. (SOUSA, 2012, p. 37-38)

Ainda, segundo Souza (2012, p. 38),

em relação aos inúmeros projetos que o novo regime elaborou, nunca foram executados. Sempre que havia financiamento, o dinheiro simplesmente se evaporava num mar de corrupção. [...] Com as dificuldades internas e pressionadas do exterior, o novo regime foi obrigado a escancarar as portas e a abraçar o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) imposto pelo FIM e pelo Banco Mundial nos anos 80, visto como a única saída possível para a resolução da crise econômica e social. Com PAE, o Estado deixou de controlar a economia e o mercado e foi forçado também a reduzir a despesa pública e a converter a agricultura.

Para Amado (2005, p. 124, apud CARVALHO, 2014, p. 48), no início dos anos 80, a situação do país era catastrófica em todos os sentidos e isso durou até os anos finais da mesma década. “A Guiné-Bissau continuava a figurar no grupo dos países mais pobres do mundo fruto da política e dos planos econômicos desajustados, implementados após a independência”. A situação econômica neste país:

[...] era muito má. A diferença entre uma classe dirigente vivendo em um luxo ostensivo e a população desprovida dos elementares bens de primeira necessidade era inaceitável em um país que tinha efetuado inúmeros sacrifícios na luta de libertação nacional. O Estado tinha revelado uma total incapacidade de resolver os principais problemas da população, e as tarefas políticas tornaram-se cada vez mais complexas. (SANGREMAN et al., 2005, p. 13)

Dadas outras situações, “o país continua a ser caracterizado pelo autoritarismo político, brigas pelo poder entre as lideranças políticas e militares resultando em várias tentativas de golpes e crises socioeconômicas” (KOUDAWO, 1994, apud CHISTOPH KOHL, 2011, p. 40). No que se refere à educação, “o regime da Segunda República ainda beneficiou das grandes alterações de que o setor foi objeto, entre 1975 e 1980, nomeadamente na massificação do ensino formal”. O orçamento para setor da educação chegou a situar-se em 15,4% em meados dos anos 80 (SOUSA, 2012, p. 46). Ainda, para o referido autor:

A situação pioraria nos anos subsequentes, à medida que o PAE espalhava as suas terríveis consequências na estrutura social e estatal. Assim, centenas de professores que tinham sido formados na Escola Chico Té em Aveiro (Portugal) e muitos quadros, cujo apoio na área do ensino seria indispensável, foram forçados a demandarem outras paragens (Cabo Verde e Portugal). Esta é uma realidade inexplicável e nada abonatória para o almejado progresso de que o país tanto carece. As futuras gerações não perdoarão todos os erros que estiveram na base do afastamento do seu torrão natal dos milhares de quadros nacionais. (SOUSA, 2012, p. 46)

Nada menos afirmar que todas essas consequências têm vindo a multiplicar o desespero e aumentado perdas dos quadros formados. Também houve a aceleração do processo de emigração de gerações novas em busca de melhores condições de vida, a fim de garantir um futuro melhor. Nesse sentido, questionamos o seguinte: será que valeu a pena o Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980? Considerando as justificativas feitas pela ala Bissau-guineense de tirar o poder político das mãos dos cabo-verdianos, realizando a ideia de que “os próprios guineenses podiam dirigir o país”. E daí vem o nosso questionamento: se o objetivo era tirar o poder político das mãos dos cabo-verdianos, ou seja, afastá-los de aparelho público do Estado da Guiné, por que até hoje os guineenses, ou seja, os políticos guineenses não são capazes de ter uma boa política para o desenvolvimento do próprio país? Por que até hoje os governantes guineenses não são capazes de governá-lo? Afinal, por que fazer o Golpe de Estado de 14 de novembro? Será que era necessária a ruptura político-administrativa que ocorreu no processo desse golpe?

2.1 GUINÉ-BISSAU: PERSEGUIÇÕES ENTRE DIRIGENTES POLÍTICOS

Na Guiné-Bissau, após a independência, houve centenas de casos de perseguições entre os dirigentes políticos, o que viria a culminar com as práticas violentas de espancamentos entre eles no sentido de encontrar facilmente oportunidades para ascender no aparelho de Estado:

[...] não obstante a propalada política de concórdia nacional, o novo regime saído do Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 começou, desde muito cedo, a viver e a sobreviver à custa de falsos golpes de Estado. (SOUZA, 2012, p. 37)

Além disso, havendo situações de:

[...] intrigas políticas, de perseguições e sequestro de militantes e dirigentes de movimentos rivais, quer fossem internos quer no exílio do Senegal (FLING⁵ e FIGURIN⁶), de França (FLING) e de Portugal (OANG⁷, JURG⁸, RGB⁹/Movimento Bafatá e FULGUIBI). Para a

⁵ FLING: Frente de libertação para a Independência Nacional da Guiné.

⁶ FIGURIN: Frente Guineense para a Revolução e Independência Nacional.

⁷ OANG: Organização Anticolonialista da Guiné-Bissau.

⁸ JURG: Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses.

história das perseguições não faltariam sequer assassinatos, como o que vitimou o líder da FGUIRIN, Aladje Quinde Baldé, nos anos 80, e outras situações dignas de um filme como a da alegada preparação de atentados bombistas em Lisboa contra elementos opositores (o célebre caso das bombas da embaixada da Guiné-Bissau) ou dos assassinatos de Paulo Coreia, Viriato Pã e de muitos outros cidadãos nacionais. (SOUSA, 2012, p. 37)

Para Arrais (2012, p. 22),

[...] a história política na Guiné-Bissau tem sido marcante pela violência, método natural de resolução de conflitos no seio de PAIGC, o que foi estendido ainda para as estruturas estatais controladas por partido (PAIGC) desde a independência do país.

Também vale a pena observar que a atitude de confronto entre os dirigentes políticos do país, que leva ao uso de força e até de violência, tem sido uma cultura marcante na trajetória da Guiné-Bissau desde os primeiros momentos da construção do Estado.

A história contemporânea da Guiné-Bissau tem sido uma sucessão de ato de violência política e institucional que marcaram profundamente a memória coletiva do povo, influenciando, de certa forma, a sua cultura política. [...] nessa ótica, importa sublinhar que a luta de libertação nacional em si foi um ato de violência política. (DJALO, 2000, apud CARVALHO, 2014, p. 35)

Para o referido autor, “ainda que os objetivos justificassem a ação, esta violência pode ter marcado de forma acentuada toda a sociedade guineense”. Por um lado, salienta que “durante o período da luta e após a independência, foram inúmeros os casos de desvios de conduta, de abusos de poder, de desmandos cometidos no seio do partido cujas vítimas invariavelmente eram outros membros do partido ou a população” (CARVALHO, 2014, p. 35). Portanto, isso nos leva a questionar o seguinte: será que, de fato, valia a pena a união entre os guineenses durante o período de luta pela libertação nacional contra os colonizadores? Essa luta foi conquistada, naquela época, graças ao importante desempenho dos combatentes da liberdade da pátria, ou seja, graças à união que existia entre as forças armadas guineenses, as quais “se caracterizavam como milícias armadas de guerrilha clandestina”, com o “objetivo maior de derrubar o poder militar português e permitir uma vida digna aos seus cidadãos”

⁹ RGB/Movimento Bafatá: Resistência da Guiné-Bissau.

(CORDEIRO, 2009, apud OSSAGÔ, 2010, p. 43). Se a união nos fez encontrar a resolução dos nossos problemas durante a luta pela independência, por que ainda não há essa união a fim de encontrar a paz entre os guineenses?

No que se trata dos acontecimentos de perseguições, tortura e assassinatos, nada menos afirmar que a história da Guiné-Bissau está cheia de casos de ajustes de contas, assassinatos isolados e coletivos de companheiros, aos que não obedeceram aos preceitos e padrões de nações livres e democráticas. Em nome do uso da força como forma de convencer uns aos outros para chegar ao poder, houve fuzilamentos coletivos, assassinatos políticos e tantos outros sobressaltos bárbaros que foram ingredientes de resolução de conflitos.

As intrigas entre civis e militares agravaram-se continuamente nos últimos anos. Ativistas políticos, empresários, candidatos, jornalistas, alguns oficiais das Forças Armadas e outras personalidades de destaque são vítimas de detenções arbitrárias, espancamentos e assassinios em circunstâncias nunca esclarecidas ou forçadas ao exílio. (O'REGAN DAVIN; THOMPSON, 2013, p. 3)

Segundo o historiador guineense Soares Sousa (2012, p. 39), “na Guiné-Bissau, tem-se cometido muitos crimes geradores de ódios”. Houve mesmo políticos que tiveram a oportunidade de se manter no poder durante muito tempo, mas a sua associação (justa ou injusta) aos assassinatos colocou tudo a perder, o que gerou inimizades e ódios mortais que, por vezes, acabaram de modo trágico (SOUSA, 2012, p. 39).

Nessa situação, hoje em dia, o resultado é de ódio e fome de vingança entre os guineenses. Essa atitude continua hoje a caracterizar a grande parte da dita elite política guineense, com o propósito de neutralizar o outro. O diálogo é relegado para terceiro plano, senão para último plano. O máximo é fazer a guerra para depois sentar-se à mesma mesa e dialogar. Todo o percurso agitado desse país mostra claramente que os candidatos à liderança política são sensíveis ao diálogo, à resolução de conflitos por meio de confronto de ideias. Se é que todos são irmãos da mesma nação, por que não há diálogo para encontrar algo conclusivo entre os guineenses? Perdemos muito tempo com brigas, calúnias e perseguições. Quando é que vamos parar para pensar no desenvolvimento, na estabilidade, a fim de darmos um rumo certo ao próprio país? Quando é que os políticos guineenses vão começar a pensar no interesse coletivo, para colocar o interesse da nação em primeiro lugar? A juventude desse não tem motivos

para animar-se. Todos estão desacreditados com o que se tem vivido há muitos anos na Guiné-Bissau. Não podemos negar de maneira nenhuma que os conflitos ocorridos há muito tempo nos causaram consequências inesquecíveis.

2.2 A LUTA DE PODER NA GUINÉ-BISSAU O “FENÔMENO DE INSTABILIDADE POLÍTICA”

É com grande certeza que a luta pelo poder foi o principal fator da instabilidade na Guiné-Bissau, o que não podemos negar de forma nenhuma, também é um dos fatores que gerou as inúmeras situações de conflitos entre os dirigentes políticos. Isso contribuiu bastante para crises no seio da sociedade guineense, passando a ganhar uma dimensão muito ampla, transformou-se como se fosse uma prática natural no país e tem vindo a multiplicar-se com atos violentos por partes dos dirigentes políticos, no sentido de acabar uns com os outros na fileira política, para ter mais oportunidades ou privilégios políticos e manter tudo o que é público como se fosse propriedade privada.

Para Thompson (2013, p. 10), “a luta pela presidência [da república] tem pautado grande parte da história da Guiné-Bissau e é uma característica estrutural do sistema político guineense”. O autor destaca, ainda, que,

Esse órgão de soberania detém uma quantidade desproporcionada de poderes. As pessoas próximas do presidente ganham acesso a oportunidades financeiras e de progressão na carreira que estão vedadas à população em geral. Os que não fazem parte do círculo estão sujeitos a intimidações e a uma aplicação arbitrária da lei. (THOMPSON, 2013, p. 10)

Para Sousa (2012, p. 60), as lutas pelo poder são efetivamente:

[...] o *leitmotiv* da decadência do Estado e das instituições políticas e da desagregação atual da própria sociedade guineense. Também refletimos que na disputa do poder, com origem na esfera político-partidária e nas Forças Armadas, estes nem sempre agiram livre e autonomamente, em defesa dos seus interesses de classe, mas instigados por alguma classe política. Essas situações têm sido recorrentes nos últimos tempos, por causa da segmentação e vulnerabilidade das Forças Armadas. Retenhamos, como exemplo, os casos de 1 de abril de 2010, de 26 de dezembro de 2011 e de 12 de abril de 2012. Os únicos golpes autônomos orquestrados pelas Forças Armadas com o objetivo de tomar o poder político e alterar a ordem constitucional foram os seguintes: o de 14 de novembro de 1980, o de 07 de junho de 1998, o de 14 de setembro de 2003 e, mais

recentemente, o de 12 de abril de 2012. Em relação a este último, parece ter havido uma convergência e estranha coincidência de interesses entre a elite militar e alguma elite política.

Nessa situação, Sousa (2012) levanta a seguinte questão: afinal de contas, o que é que está em jogo e que tem despoletado essa luta titânica pelo controle do poder, ou essas tentativas para confiscar o Estado e as suas instituições? Para ele:

A resposta parece muito simples, mas complexa. “o que está em jogo é o controlo do Estado/empresa e a disputa dos seus já magros recursos”. A convicção é a de que controlando o poder, a sua partilha ou a sua confiscação conduz à apropriação dos recursos em disputa. “Por detrás destas lutas estão, muitas vezes, as ambições pessoais, os ódios antigos levados às extremas e profundas desconfianças entre a elite política e militar”. (SOUSA, 2012, p. 60)

Com base nisso, relacionando a ideia do referido autor com a fala de nosso entrevistado, vemos que ele observa que:

a consequência da pobreza contribuiu bastante para a luta de poder na Guiné-Bissau, destacando a ideia de que, quando uma pessoa se encontra no poder, a primeira coisa que procura é o poder econômico, procura ter carros de luxo, [...] casas de luxo, e [busca] ter um salário melhor para que possa dar oportunidades aos seus grupos familiares a fim de se afastar [e afastá-los] da pobreza (ENTREVISTADO, A, 2016)

Assim, pode-se observar que:

[...] a falta de oportunidades no país também agrava os problemas inerentes às disputas políticas. A escassez de meios de rendimento provoca uma corrida aos cargos públicos e respectivos recursos. De igual forma, são limitadas as possibilidades de obter uma posição nas Forças Armadas e de aceder à influência que a mesma acarreta, o que agrava as tensões e a competição entre os militares. Mesmo para os que ocupam posições de poder, torna difícil gerir redes de apoiantes e patrocinadores no contexto de um crescimento tão anêmico. (THOMPSON, 2013, p. 5)

As lutas pelo poder na Guiné-Bissau têm sido uma prática corriqueira. Até hoje os guineenses não sabem explicar quando é que essas lutas vão ter o seu fim.

2.3 O CASO 17 DE OUTUBRO DE 1985

Segundo Cardoso (1986 apud GOMES, 2012, p. 23):

a primeira grande crise do PAIGC foi o famoso 17 de outubro de 1985¹⁰, de uma alegada tentativa do Golpe de Estado ao presidente Vieira que culminou com assassinatos entre os próprios dirigentes do PAIGC, além de antigos militantes do partido.

Em sequência,

A segunda crise se deu na segunda metade de 1991, na sequência da assinatura do movimento da carta de 121¹¹ que surgiu durante o Segundo Congresso Extraordinário do PAIGC, em janeiro de 1991, nas instalações da Aeronáutica (Base Aérea). A situação não foi bem vista pela ala conservadora do PAIGC, defensora do centralismo democrático, em que estava inserindo o então presidente Nino Vieira e alguns dos seus colegas veteranos da guerra de libertação nacional. Essa situação provocou a desistência de alguns militantes, na sua grande maioria pertencente à nova geração, a qual decidiu aderir ou fundar novas forças políticas. Assim, nasce um espaço para abertura política aqui entendido nas possibilidades do multipartidarismo. (CARDOSO, 1986, apud GOMES, 2012, p. 23)

Tal como explica Sousa (2012, p. 39),

assistimos a uma das situações mais dramáticas de quebra da paz social no país, com o caso 17 de outubro de 1985, que culminaria na prisão de 63 oficiais e civis. Tudo teria começado com uma alegada tentativa de Golpe de Estado em consequência do qual muitos dos alegados envolvidos acabaram fuzilados (Paulo Correia, Viriato Pã, Pedro Gomes Ramos, Binhamquerem na Tchanda, Nbanda Sambu) e outros mortos na prisão da 2ª esquadra (João da Sila, Agostinho Gomes, Bighate na Bihat, Fore n'Bitna, António Biak Cabi e Joãozinho). Entre os fuzilados, encontravam-se ainda alguns oficiais que tinham estado, inclusivamente, ao lado de Nino Vieira no movimento de reajustamento do 14 de novembro.

¹⁰ Um dos casos de torturas e assassinatos que mais mexeu com a comunidade internacional e nacional foi execução brutal de umas das figuras importantes do PAIGC, do então primeiro-ministro Paulo Correia e do presidente do supremo tribunal de justiça, viriato Pã, ambos acusados de uma “tentativa” de golpe de Estado (CARDOSO, 1986, *Apud*, GOMES, 2012, p. 23).

¹¹ Em junho de 1991 é publicado um documento que é conhecido como a carta dos 121, o qual foi assinado por 121 intelectuais e militantes do PAIGC para exigir a renovação interna do partido (GOMES, 2012, p. 23).

Para Semedo (2009), entre os analistas, esse caso foi a mais profunda crise no pós 14 de novembro, cujas consequências foram graves e responsáveis pelo acirramento tácito de disputa entre a maioria Balanta¹², cabendo, a esse respeito, salientar que:

[...] um grupo misto de etnias que apoiavam o presidente Nino Vieira, que era da etnia Papel. Foi a consumação do rompimento entre os comandantes do CR, por um lado, e, por outro, criaram situações complexas que estabeleceram uma nova ordem no relacionamento étnico-político após a abertura política na década de 90. O 17 de outubro foi a efetivação de afastamento de comandantes Balantas de áreas estratégicas de segurança nacional. (SEMEDO, 2009, p. 71)

Sambu (1989, apud SEMEDO, 2009, p. 71), disse o seguinte:

A situação começou a ser instrumentalizada a partir de março de 1982 com o alegado Golpe da Brigada Mecanizada 14 de novembro, altura em que oficiais balantas foram acusados de estarem a preparar golpe étnico. [...] Nesse acontecimento, o capitão Cobnate N`Dafa fora abatido na porta das armas dessa unidade militar numa armação que visava dar prova material ao fato. Entre os oficiais acusados, o então ministro das Forças Armadas e vice-presidente do conselho do Estado, Paulo Correia, foi apontado como líder. Como a investigação não conseguiu aprovar o fato decidiu-se pela exoneração de Paulo Correia do cargo de ministro das FA, anunciado por decreto nº 11 de 5/17/1982 e, ao mesmo tempo, ocupado cumulativamente por presidente Nino Vieira, tendo como vice-ministro o comandante Iafai Camará, que, mais tarde, acabou por assumir o cargo de ministro das FA. [...] O caso 17 de outubro colocou um balde de água no fervor nacionalista que norteou a luta de opositores guineenses ante a unidade com Cabo Verde. [...] Os acontecimentos decorrentes permitiram o entendimento de que as contradições que se viviam no PAIGC estavam além da unidade binacional e precisava ser analisada, partindo do contexto interno guineense. A percepção da realidade chamou a atenção da comunidade guineense na diáspora e da própria comunidade internacional sobre o respeito pelos direitos humanos na Guiné. Ou seja, a grande questão não é a existência ou não da tentativa do Golpe de Estado, mas a forma violenta como o fato fora tratado pelo poder.

Dados esses acontecimentos, vale a pena salientar que os guineenses devem começar a apostar no diálogo, a fim de terminar com essas práticas de calúnias que, muitas vezes, leva o país a uma situação alarmante desse tipo.

¹² Balanta: Grupo étnico da Guiné-Bissau.

3 CRISES E CONFLITOS INSTITUCIONAIS NA GUINÉ-BISSAU DE 1990-1998

Nesta sessão, focalizamos nossa abordagem em analisar os impasses políticos na Guiné-Bissau tentando trazer à luz da ciência as consequências desse fenômeno, considerando o período de 1990 até 1998, mostrando seus prejuízos na desintegração da sociedade guineense.

Os conflitos fazem parte integrante da história moderna da Guiné-Bissau, assumindo a forma, quer de resistência contra a sua potência colonizadora, Portugal, quer de lutas e tensões de ordem interna entre diversas tendências políticas, baseadas na luta de poder. (SANGREMAN et al., 2006, p. 11)

Sousa (2012, p. 21), por sua vez, destaca que:

o futuro da Guiné-Bissau é cada vez mais uma incógnita. Não há nenhum compatriota, por mais altruísta que seja em relação às questões políticas, que não se apercebe das incertezas que dominam o cotidiano do seu país, ou que não esteja a par das sistemáticas crises que o têm estado a conduzir irremediavelmente ao abismo.

3.1 GUINÉ-BISSAU NO INÍCIO DOS ANOS 90: ABERTURA POLÍTICA

“Após a Independência, a Guiné-Bissau era um país que tinha um regime de partido único (o PAIGC)” (RELATÓRIO DE MULHERES PAZ E SEGURANÇA, 2010, p. 4). Entretanto, nos anos 90, com a onda da democracia no mundo todo, houve uma mudança no país para o regime democrático. Foi um momento em que o PAIGC não conseguiu se adaptar a essa mudança e quis continuar a ser o partido único nesse novo regime.

Segundo Koudawo (2001, p. 136) “o período 1990-1991 constituiu a antecâmara da abertura. É o momento da afirmação aberta das exigências internas de renovação do PAIGC”. O autor aponta ainda que:

É também a altura dos seus debates internos sobre a oportunidade e a necessidade de uma abertura política. Embora importante, tratava-se apenas do primeiro tatear rumo à liberalização. As conclusões do II Congresso extraordinário do PAIGC, realizado em janeiro-fevereiro de 1991, marcaram uma etapa histórica dessa pré-abertura durante a qual não se registou nenhum avanço significativo no sentido da

liberalização, mas ao abrigo da qual muitas transformações futuras estavam em gestação. A este título, o tema central do congresso extraordinário de janeiro-fevereiro de 1991, “Renovação, unidade nacional e aprofundamento da democracia”, mostra que nada estava decidido ainda, uma vez que a “democracia” que se tratava de aprofundar não era certamente a do sistema pluralista, que nem sequer começara. (KOUDAWO, 2000, p. 136)

Nesse contexto, o autor aponta que, nesse congresso, “não é menos verdade que é finalmente adotado o princípio da revisão constitucional que revoga o Artigo 4º da constituição” de República da Guiné-Bissau “de 1984, que faz do PAIGC ‘a força política dirigente da sociedade e do Estado’ e fundamenta as ligações orgânicas entre o partido único, as Forças Armadas e as organizações de massas” (KOUDAWO, 2001, p. 136).

Em 5 de maio de 1991, a abolição do Artigo 4º da Constituição de 1984 marca a primeira fase da abertura. Ela pode ser qualificada de pequena abertura. É um período de evolução lenta, sujeito a pressões tanto internas como externas, que se inscrevem num contexto de elevada tensão. [...] Nessa fase, o que sempre foi conhecido como *O Partido* abandonou as suas pretensões a ser o Estado, mas, ao mesmo tempo, não deixou de ser único no Estado [...] a partir do mês de agosto de 1992, a criação de uma Comissão Multipartidária da Transição (CMT) destinada à consolidação do pluralismo permite uma descompressão após um período de confrontação processual entre a posição legal nascente e o partido no poder, que se mostrava pouco disposto a fazer uma abertura completa com regras do jogo claras. A criação da CMT marcou uma nova fase da transição: a da grande abertura. A grande abertura foi confirmada pela criação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) em janeiro de 1993. Essas duas medidas garantiram a participação da oposição na balizagem da via para o pluralismo integral. Elas criaram também as condições prévias da sua participação e da organização das primeiras eleições pluralistas. Assim fazendo, elas permitiram que diminuísse a tensão política, ao mesmo tempo em que determinavam alguns dos grandes traços da evolução do processo até as eleições. É a fase dos riscos institucionais da transição política. Ela chega ao fim com o que foi conhecido como o “Caso 17 de março”¹³ Com efeito, em 17 de março de 1993, a morte de um oficial das Forças Armadas durante um incidente violento em um quartel de Bissau veio romper a fase de calmaria que conhecia a transição desde agosto de 1992. [...] Esse período de séria crise e bloqueio do processo de liberalização termina em fevereiro de 1994 com o julgamento e a absolvição dos homens políticos acusados de conspiração contra a segurança do Estado. O fim da hipoteca inaugurou a última fase da transição, a da abertura das urnas. Foi a

¹³ Na sequência da morte do Major Robaldo de Pina, um dos homens de confiança do presidente Nino Vieira e chefe da unidade de elite da polícia (Forças de Intervenção Rápida [FIR]), vários membros da oposição política legal foram presos e acusados de envolvimento numa tentativa de golpe de Estado (KOUDAWO, 2001, p.138).

reta final até as primeiras eleições pluralistas, que tiveram lugar em julho e agosto de 1994. (KOU Dawo, 2001, p. 138-139)

Segundo o “Relatório Mulheres, Paz e Segurança” (2010, p. 4):

[...] em 1994, foram realizadas eleições pluralistas, tendo o general João Bernardo Vieira sido eleito presidente da república. Após esse período, o país entrou em um ciclo de crises sucessivas, culminando com o conflito político-militar de 07 de junho de 1998, que durou onze meses, tendo custado a vida de milhares de pessoas, maioritariamente, mulheres e crianças. Durante esse conflito, foram perpetradas graves violações dos direitos fundamentais das mulheres e do direito internacional humanitário. As mulheres foram expostas a abusos sexuais, agressões físicas e psicológicas, pilhagens efetuadas pelas tropas das partes beligerantes. Esses atos nunca foram punidos. Em consequência do derrube do presidente Nino Vieira, foram realizadas eleições gerais nos finais de 1999 e o início de 2000, vencido pelo Kumba Iala e o PRS.

Os impasses políticos ocorridos durante vários períodos refletiram-se no conflito político e militar de junho de 1998-1999, como aponta Sousa (2012), 07 de junho de 1998 foi um ponto de chegada e um ponto de partida,

Por todos os erros e injustiças acumulados ao lado de quase duas décadas e meia e também pelos inúmeros desassossegos, inquietações e sucessivos fatores de instabilidade que aquele acontecimento gerou e continua a gerar na Guiné-Bissau. (SOUSA, 2012, p. 59-60)

3.2 GUERRA CIVIL DE 1998-1999 NA GUINÉ-BISSAU

“O conflito foi despoletado por uma denúncia de tráfico de armas para os rebeldes de Casamansa contra o brigadeiro Ansumane Mané¹⁴, então CEMGFA, acusado de negligência e que acabara na sua suspensão do cargo, a 12 de janeiro de 1998” (SOUSA, 2012, p. 50). Para Koudawo (2001), a crise político-militar que eclodiu em 07 de junho de 1998 e que mergulhou a Guiné-Bissau em um ciclo de violência ao longo de onze meses tem origens múltiplas e complexas:

A sua causa imediata é uma sombria história de tráfico de armas para o movimento independentista casamancês: o movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC), mas ela só pode ser bem compreendida através de um feixe de causas de raízes tão profundas que remontam, por vezes, às próprias condições de emergência do

¹⁴ Ansumane Mané: (CEMFA) Chefe de Estado Maior General das Forças Armada.

Estado guineense, no início dos anos 70. Entre as numerosas causas longínquas, as mais salientes são: os traços duráveis deixados pelo processo de acesso à independência ao fim de onze anos de Guerra de Libertação Nacional levada a cabo por um partido armado: o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, a questão mal resolvida da desmobilização dos antigos combatentes da Guerra de Libertação; o crescente fosso, desde a liberalização econômica lançada nos anos 80, entre uma categoria de antigos combatentes privilegiados próximos dos círculos do poder político e a grande maioria dos antigos combatentes proletarizados, [proletariados] que viviam tanto pior a sua condição de *lumpen* na medida em que estimavam ser libertadores abandonados por um sistema iníquo gerido pelos seus próprios antigos companheiros de luta, a incompleta despartidarização das Forças Armadas, que, na origem, eram o braço armado do PAIGC; a incompleta conversão do PAIGC em partido civil deliberadamente liberto das suas antigas ligações institucionais nas forças armadas nacionais; a difícil adaptação do antigo partido único, o PAIGC, ao novo contexto pluralista onde, ao mesmo tempo em que as oposições externas, deve fazer face a oposições internas, que dão origem a conflitos mal geridos e cada vez mais agudos; os entraves ao surgimento de um verdadeiro Estado de direito com um poder despersonalizado, e instituições a funcionar nos estritos limites das suas competências; a prevalência da má governação com profundas deficiências da administração de Estado, uma ineficiência crônica na utilização dos recursos, uma permanente opacidade na gestão dos bens públicos, etc. (KOUAWO, 2001, p. 141-142)

De acordo com Koudawo (2001, p. 142), “o conflito de 07 de junho de 1998 sobrevém na confluência de todas essas causas profundas que, durante onze meses, lhe imprimiram as suas marcas para fazerem dele uma crise multidimensional”.

Segundo Sousa (2012), um dos aspetos que também veio a contribuir para o levantamento de 07 de junho foi a constatação de que não haveria condições para a realização de eleições legislativas agendadas para o dia 3 de julho:

[...] e ainda o fato de a comissão parlamentar de inquérito ter agendado para o dia 8 a apresentação do relatório sobre o tráfico de armas. No decurso das inquirições, os trabalhos da comissão parlamentar, entretanto criada, foram obstaculizados. Vários oficiais que deveriam ser ouvidos nunca compareceram às audições. Ansumane Mané acabaria por ser afastado do lugar, através de um decreto presidencial, a 5 de junho, tendo sido nomeado para o seu lugar o brigadeiro Humberto Gomes. Como se sabe, o relatório divulgado em abril de 1999 veio ilibar completamente Ansumane Mané, o que levou Nino Vieira a considerá-lo uma pura “mistificação”. A exoneração de Ansumane Mané conduziria a Guiné-Bissau a uma guerra civil de consequências incalculáveis, quer em termos de perdas humanas quer no que dizia respeito à destruição das poucas infraestruturas do país. (SOUSA, 2012, p. 51)

Segundo Teixeira (2008, p. 25-26):

O levante militar, que durou mais de onze meses, as forças armadas nacionais dividiram-se em dois grupos. De um lado, estavam os da junta militar que derrubaram o presidente João Bernardo Vieira com apoio de Portugal e, do outro, os partidários de Vieira com o apoio dos soldados da França, Senegal e Guiné Conacri.

Segundo Sousa (2012, p. 51), “a intervenção dos países vizinhos, como o Senegal (2200 efetivos) e a Guiné Conaciy (400 homens), em auxílio de Nino Vieira, num conflito que deveria ser interno, pode ser visto em várias perspectivas” para o referido autor:

No que concerne à Guiné Conacri e ao regime de Lasana Conté, tratava-se de retribuir o apoio que o seu velho amigo, Nino Vieira, lhe havia proporcionado a quando da rebelião militar de fevereiro de 1996, que se saldou em 50 mortes, vários feridos graves e prisão do líder da oposição, Alpha Condé, hoje, por ironia do destino, presidente da república do país vizinho, depois das eleições de novembro de 2010. Lasana Conté e Nino Vieira tinham um acordo de ajuda recíproca, alicerçadas em relações pessoais antigas e interesses privados propriedades daquele na Guiné-Bissau. (SOUSA, 2012, p. 51)

Em relação ao conflito de 07 de junho de 1998, segundo João Carlos Gomes (1998, p. 27), “tudo começou com a destituição do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas”, o Brigadeiro Ansumane Mané, até então um dos homens de confiança de João Bernardo Vieira “Nino”. Entretanto, o brigadeiro Ansumane:

[...] através de um despacho presidencial foi substituído no cargo pelo brigadeiro Humberto Gomes, outro próximo de João Bernardo Vieira “Nino”. Segundo vários comunicados emitidos por ambas as partes nos dias que seguiram ao primeiro confronto, a situação político-militar e social que durante meses se viveu na pequena república da Guiné-Bissau tem muito que ver com um problema que já se vinha arrastando de há uns anos para cá – a alegada assistência em armamento que os revoltosos da Casamance – sul do Senegal – vinham a receber supostamente de alguns setores das Forças Armadas da Guiné-Bissau para as suas ações militares contra o governo do Senegal cuja legitimidade e autoridade (os revoltosos) não reconhecem sobre este território situado a Norte da fronteira que separa a Guiné-Bissau do Senegal. Nos termos de um acordo assinado nos finais do século passado entre as antigas potências coloniais – França e Portugal – este território agora conhecido por Casamance passaram a pertencer à atual república do Senegal. Em troca, Portugal recebeu territórios que hoje integram a região de Tombali no Sul da

atual república da Guiné-Bissau. É de se recordar que essa transação teve lugar sem tomar em consideração nem a realidade cultural nem os sentimentos das populações locais. (GOMES, 1998, p. 27-28)

Na verdade, nada menos afirmar que, no conflito político-militar de junho de 1998, várias oportunidades foram perdidas, houve também o aparecimento de uma nova fase da crise socioeconômica e houve a perda de quadros formados durante esse período. Segundo Sousa (2012, p. 59), “depois da guerra devastadora de 1998-1999, a Guiné-Bissau perdeu uma soberana oportunidade para proceder com as reformas fundamentais que conduzissem o país à modernidade, antes de organizar qualquer processo eleitoral”.

Ainda, segundo o autor,

A pressão da comunidade internacional para que se organizassem as eleições o mais rapidamente possível não permitiu o aproveitamento daquela conjuntura soberana para montar, de fato, uma estrutura que prevenisse as lutas mortais pelo poder que se seguiram e que permitisse o advento de um regime democrático sólido, com atores políticos minimamente credíveis. (SOUSA, 2012, p. 59-60)

O conflito político-militar de junho de 1998-1999 foi uma guerra devastadora e desnecessária injustamente imposta ao povo da Guiné-Bissau (JOÃO CARLOS GOMES, 1998). O recordar dos sofrimentos e dos danos causados na vida das populações guineenses e do próprio país.

De acordo com Gomes (1998, p. 38):

as confrontações militares obrigaram milhares de habitantes da capital a deixar o conforto das suas casas, dos bens e de outras propriedades, levando consigo apenas o que podiam carregar fisicamente [...]. Assim que a situação de segurança começou a deteriorar, a maior parte das embaixadas e dos organismos internacionais em Bissau fechou as suas portas, evacuando os seus funcionários e outros nacionais. Quanto aos nacionais, desde a primeira semana, colunas intermináveis de populares carregando fardos e crianças cobriam as estradas que conduzem ao interior do país. As fileiras daqueles que se tornaram em deslocados dentro dos seus próprios países – homens, mulheres, crianças, anciãs, doentes, etc., eram intermináveis.

Essa explicação do autor faz nos refletir sobre as causas que surgiram após o conflito político-militar de 1998-1999 no seio da população guineense e no próprio país. O conflito multiplicou casos de violência, crises socioeconômicas e vários outros

acontecimentos que hoje o país está a viver. Por exemplo, dentre vários casos, podemos citar o caso de bombardeamento de CIFAP¹⁵.

Este foi um dos acontecimentos que semeou dores e sofrimento às pessoas que perderam seus familiares, também foi um dos acontecimentos que deixou um marco histórico na vida dos guineenses em geral. Nesse acontecimento, centenas de pessoas foram mortas, havendo diversos feridos: homens, mulheres, crianças e jovens. O conflito causou várias consequências para os guineenses, sendo que um número significativo de pessoas abandonou o país, procurando outros locais no sentido de assegurar suas vidas.

De acordo com o “Relatório Mulheres, Paz e Segurança” (2010, p. 5):

Com todos os conflitos armados, as populações civis da Guiné-Bissau, nomeadamente as mulheres, as crianças, as pessoas idosas e os deficientes, pagaram um pesado tributo à guerra e as crises políticas sucessivas [...]. As mulheres foram expostas a violações sistemáticas, agressões físicas, bem como outras formas de tratamento desumano e degradante. Essas violências e a insegurança provocaram um êxodo massivo de refugiados e de pessoas deslocadas, majoritariamente as mulheres e as crianças. A esses fatos acrescentam-se os efeitos sociais, económicos e psicológicos irreversíveis do conflito armado na Guiné Bissau.

Para Abreu (2013), “a guerra civil de 1998-1999, ou seja, o conflito político-militar que ocorreu nesse período, contabilizou seis mil mortes. Se não bastassem as vidas perdidas, o conflito acabou por aprofundar a crise econômica”. Segundo o referido autor,

[...] em relação à infraestrutura nacional, a guerra foi extremamente desastrosa, com danos em todas as regiões. O conflito ainda fez com que o PIB caísse 28% naquele ano, com uma recuperação parcial apenas em 2000. A relação, portanto, entre guerra e pobreza se tornou evidente. E, por outro lado, a ingerência militar na política se consolidou naquele momento, algo evidente até os dias atuais (ABREU, 2013,s/p).

A sucessiva instabilidade política que tem marcado o país de forma indelével contribui para a pobreza nele. “A guerra fratricida e inútil que devastou a Guiné-Bissau entre 1998 e 1999, e que chegou a ser vista como a ‘segunda libertação’, mas infelizmente, só veio acarretar prejuízos irreparáveis aos nossos povos e ao país” (SOUSA, 2012, p. 22).

¹⁵ CIFAP: Centro de Instrução e Formação Artesanal Profissional.

Para Augel (2007, p. 72), “a Guiné-Bissau não se equilibrou ainda. Tendo conquistado a independência política há pouco mais de quatro décadas, continua a figurar entre os dez países mais pobres do mundo”. Segundo ela,

Os dados das Nações Unidas (2000) situam-se no 169º lugar no conjunto de 174 países que fazem parte da lista de países analisados em termos de *performance* de desenvolvimento humano. Os indicadores econômicos e sociais que geralmente são usados para avaliar os países segundo seu desenvolvimento atestam claramente a difícil situação em que a Guiné-Bissau se encontra, com 87% da população vivendo com menos de um dólar por dia. O rendimento per capita era de 233,9 dólares americanos em 1994, caindo para 192 dólares em 2002. Os salários são extremamente baixos, pagos além do mais com grande irregularidade. Com um salário médio mensal, no serviço público, na ordem dos 25 dólares americanos, a maior parte dos guineenses não tem condições de adquirir, no fim do mês, mais do que um saco de 50 quilos de arroz, base da alimentação da população. (AUGEL, 2007, p. 72)

Além disso, podemos observar que, após o conflito de 1998-1999, na Guiné-Bissau, houve vários setores que têm enfrentado até hoje inúmeras dificuldades, principalmente nas áreas da educação e saúde. “A qualidade do ensino no país é talvez das mais fracas no continente africano, as cifras disponíveis variam muito, a depender da fonte consultada, e representam muito mais estimativas do que dados seguros” (AUGEL, 2007, p. 72).

Ainda, segundo o referido autor,

A taxa de analfabetismo foi calculada em 74%, atingindo de forma diferenciada os homens (59%) e as mulheres (82%). A taxa de escolaridade é muito baixa, sendo estimada em 54%, havendo uma clara diferença entre os gêneros: 68% dos meninos frequentam a escola contra apenas 38% das meninas. O número de professores com uma formação pedagógica e acadêmica é mínimo, predominando os professores leigos e com um precário preparo. Até hoje, o ensino é efetuado na língua oficial do país, o português, que continua a ser desconhecido pela grande maioria da população. [...] o número de pessoas com formação universitária e uma excelente qualificação profissional hoje é grande, embora a maior parte dos formados não tivesse permanecido na Guiné-Bissau, o que tem por consequência a falta de quadros qualificados para exercerem as funções-chave para o desenvolvimento do país. Existe também um grande desemprego de pessoas com formação acadêmica, não há perspectivas profissionais e, por isso, muitas vezes, são obrigadas a submeterem-se a subempregos ou a atividades em áreas alheias à sua formação, no setor secundário e terciário, que, por causa, sobretudo dos baixos salários, são completamente desinteressantes. (AUGEL, 2007, p. 73).

Indo para área de saúde, segundo Augel (2007, p. 74):

os indicadores para essa área também se encontram em níveis baixos. As taxas de mortalidade materno-infantis são as mais elevadas da sub-região oeste africana. Os dados disponíveis da Organização Mundial de Saúde apresentam um índice de 15, 48% de óbitos para cada mil habitantes (1998), enquanto o índice de natalidade registrava naquele mesmo ano 38, 67% de nascimento por mil habitantes, e a mortalidade infantil chegou mesmo a crescer nos últimos anos: no ano 2000, era de 36,4%, elevando-se a 39,9% em 2002. As principais causas de morte entre os guineenses continuam a ser enfermidades endêmicas, tais como a malária e as infecções intestinais. A expectativa de vida da população continua a ser uma das mais baixas do mundo.

No que diz respeito à área de saúde e da educação, Gomes (1998, p. 48) observa que “há um escândalo na área de saúde na Guiné-Bissau, onde existe um único hospital que funciona em mínimas condições, tal como a educação, desprezada pela elite política do país”. Ainda o autor aponta que:

Uma grande parte dos doentes que dão entrada no hospital Simão Mendes, a maior na capital guineense, morre de doenças que, mesmo em muitos outros países em desenvolvimento, já nem sequer são consideradas doenças, mais sim condições de saúde requerendo um mínimo de assistência médica. As instalações hospitalares não dispõem de equipamentos básicos e os médicos e outros profissionais do setor são obrigados a trabalhar em condições incríveis, fazendo o que podem para assistir as populações necessitadas. [...] Uma das razões pela qual essa situação se manteve durante todos esses anos, por exemplo, tanto a nível da educação como da saúde, é o fato de que a elite política aqueles a quem cabe resolver esses problemas os seus familiares e outros entes queridos não dependem desses serviços básicos. Isso porque os seus filhos, sobrinhos, assim como os filhos dos seus amigos e associados encontram-se todos a estudar no estrangeiro, frequentando níveis de ensino, tais como o primário e o secundário, que poderiam, muito bem, estar a frequentar no seu próprio país. Da mesma forma, em termo de saúde, na mínima manifestação de dores de cabeça estes são imediatamente evacuados para fora do país. (GOMES, 1998, p. 48-49)

Após o conflito, os prejuízos são muitos, por exemplo, no setor da educação tal como o da saúde. As crianças, os adolescentes e os jovens desse país estão sendo prejudicados por falta de uma boa qualidade de ensino. Passaram muitos anos, mas até hoje o setor da educação continua do mesmo jeito. O ensino guineense se transformou, atualmente, em um ensino de fraco nível devido aos atos praticados pelos dirigentes políticos desse país, que sempre querem se transformar em pessoas ricas através dos

bens públicos. “Não podemos negar de forma nenhuma de que, na Guiné-Bissau, os privilegiados são filhos dos que estão no poder”, tal como observou Gomes (1998, p. 49).

4 O PAPEL DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU PARA A ESTABILIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA VISÃO DOS ENTREVISTADOS

Nesta sessão, procuramos trazer o papel do Estado da Guiné-Bissau quanto à estabilização e ao desenvolvimento do país. Para isso, analisaremos os dados dos nossos entrevistados em articulação com outras fontes documentais.

Segundo relatório do FMI¹⁶ (2015, p. 12), “a Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa na África a conquistar a independência. Seria de se esperar que isso tivesse efeito positivo no crescimento do país”. Fazendo referência aos outros países de PALOP, o relatório explica-se que, “embora São Tomé e Príncipe e Cabo Verde não tenham tido guerras civis – o que naturalmente ajudou no seu desenvolvimento – Angola e Moçambique viveram guerras civis muito longas e destrutivas”, ao passo que durou apenas onze meses a guerra civil da Guiné-Bissau. Depois de terminar o conflito político militar, esses dois países, ao contrário da Guiné-Bissau:

[...] começaram a crescer rapidamente, recuperando-se relativamente aos seus pares. Na Guiné-Bissau, depois do final da guerra civil, o crescimento, que já era fraco antes da guerra, deteriorou-se ainda mais. (FMI, 2015, p. 12)

Nesse sentido, apresentaremos os dados do nosso entrevistado A, o qual propõe que

“o desenvolvimento para a Guiné-Bissau deve partir dos nossos governantes no sentido de colocar o interesse da nação em primeiro lugar”. Ainda, este entrevistado observa que “as pessoas devem [acabar] com a prática de amiguismo, de parentesco, a fim de manterem um bom funcionamento das diferentes instituições do próprio país” (ENTREVISTADO A, 2016).

S

egundo ele, o país deve se pautar pelo critério de processo seletivo, a fim de selecionar as pessoas capazes para exercerem suas funções de acordo com suas áreas do conhecimento.

O Estado da Guiné-Bissau deve investir pesadamente na juventude, dando prioridade à educação, olhar profundamente essa vertente, porque é capital humano que constrói a nação. E esse capital humano é a juventude desde a creche até a universidade, portanto vale a pena investir [nos jovens]. (ENTREVISTADO B, 2016)

¹⁶ FMI: Fundo Monetário Internacional.

Cadija Mané, membro do Movimento Ação Cidadã, explica que a juventude guineense está muito desacreditada com toda a situação do país. Os jovens não podem ter sonhos, não podem fazer os seus planos. Eles “querem uma mudança radical no país. Já são praticamente 44 anos, após a independência”, mas “não houve nenhuma melhoria, [...] não conseguimos atingir um certo grau de conforto ou felicidade” (MANÉ, apud DW, 2013).

Percebe-se que a Guiné-Bissau é um país com grandes dificuldades, tendo “uma série de crises que perdura há mais de uma década”, o que “transformou este país num dos Estados mais frágeis de África” (THOMPSON, 2013, p. 1).

E mais, a Guiné-Bissau é considerada: “um dos países mais frágeis do mundo. Subjacente à sua fragilidade há uma história de instabilidade política crônica na sua forma mais extrema: quebras recorrentes da ordem constitucional através de golpe de Estado”. [...] Consequentemente, não tem progredido praticamente “nas últimas décadas, sobretudo quando comparado seus pares” (FMI, 2015, p. 4).

Dessa forma, em observação à situação social e política na Guiné-Bissau, o entrevistado C (2016) lamenta que: “*estamos todos cansando e desacreditados com o que tem estado a acontecer no nosso país, até hoje ninguém sabe do destino da Guiné-Bissau*”. Portanto, cabe perguntar aos dirigentes políticos guineenses do destino desse país, porque são eles que devem ser responsabilizados por isso.

Apona-se que a única forma de ser alcançado ou encontrado “*um caminho certo [...] é os guineenses começarem a dar mérito a quem merece respeitar uns aos outros, criar mecanismos que visam manter um canal de reconciliação entre eles*” (ENTREVISTADO D, 2016).

Dadas às intervenções desses nossos entrevistados, podemos compreender que a Guiné-Bissau precisa de estabilidade, a fim de ter um desenvolvimento institucional e estatal. Vale a pena destacar que os dirigentes do país e a sociedade civil guineense devem começar a pensar nas resoluções dos problemas políticos que têm assolado o povo guineense. Várias oportunidades foram perdidas devido aos conflitos ocorridos dentro do território guineense. Essas situações fazem com que o futuro da Guiné-Bissau seja, conforme observa Sousa (2012, p. 21), “cada vez mais uma incógnita”. Não há nenhum compatriota, por mais altruísta que seja em relação às questões políticas, que não se apercebe das incertezas que dominam o quotidiano do seu país, ou que não esteja

a par das sistemáticas crises que o têm estado a conduzir irremediavelmente ao abismo (SOUSA, 2012, p. 21).

4.1 DIREITOS CIVIS E A LIBERDADE DA IMPRENSA

Segundo relatório sobre a situação dos Direitos humanos na Guiné-Bissau (2008/2009), “o respeito pelos direitos liberdade da palavra [imprensa] e da garantia na Guiné-Bissau continua a ser um objetivo longe de ser alcançada” (RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSA, 2008/2009, p. 5). A prova disso são as perseguições e intimidações das quais algumas personalidades foram vítimas.

O referido relatório observa que,

Depois do duplo assassinato do presidente da república e do chefe do estado maior das Forças Armadas, nessa altura, o país assistiu à operação de intimidação pelas Forças Armadas com o propósito de silenciar a opinião pública sobre as desordens por eles cometidas. O período que se seguiu a esses atos hediondos foi caracterizado por um medo generalizado e intimidações dos cidadãos que viram algumas das suas liberdades cortadas pelas Forças Armadas. Foi nessa senda de brutalidade que Pedro Infanda e Francisco José Fadul foram espancados por indivíduos armados, havendo sido o primeiro caso assumindo publicamente pelo próprio Estado-Maior com mandante do ato criminoso. [...] todos esses atos se enquadram no chamado “medidas de contenção do Estado-Maior General das Forças Armadas” ensombrados pela malha da impunidade e intimidação, pondo em risco os direitos à liberdade de imprensa e de expressão constituem as primeiras conquistas democráticas do nosso povo (RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU 2008/2009, p. 11)

No que se trata da liberdade de expressão, os guineenses nunca desfrutaram dessa autonomia. Após a independência, a Guiné-Bissau continua a viver até hoje a prática da cultura de intimidação, medo, calúnias, intrigas. Não há ninguém a questionar as práticas violentas, por isso aumenta a cultura de *udju odja boka kala*¹⁷.

¹⁷ *Udju odja boka kala*: Significa, em Português, “olhar sem falar”.

Segundo Soares Lopes (2015), o conflito político-militar de 07 de junho de 1998 a 05 de maio de 99 teve o condão [poder] de afetar os OCS¹⁸ e jornalistas em toda a dimensão. Os prejuízos foram avultados:

Primeiro, porque todos os órgãos foram silenciados e depois muitos deles viram as suas instalações violentadas e saqueadas. Os jornais foram obrigados a fechar as suas portas. As rádios comunitárias deixaram de emitir. A Pindjiguiti e a Mavegro perderam parte considerável do seu equipamento. A Bombolom foi, desde logo, ocupada pelas tropas amotinadas e transformada em “Rádio voz da Junta Militar”. [...] As várias tentativas de controle dos órgãos de comunicação social culminaram com a suspensão das emissões da Rádio Bombolom. Seguiu-se o silenciamento da RTP - África e a expulsão do seu delegado. O que leva a organização norte-americana “*Freedom House*” a incluir a Guiné-Bissau na lista dos países com muitas práticas de censura instaladas. (LOPES, 2015, p. 45-47)

No entanto, isso nos leva a realçar aquilo que foi mencionada no Relatório dos Direitos Humanos, na Guiné-Bissau. Com grande certeza, não podemos negar que a liberdade da palavra e da empresa continua a ser um objetivo longe de ser alcançado pela sociedade guineense.

Segundo Lopes (2015), foram imensos os casos de atropelos à lei e de abuso do poder contra as mídias e os jornalistas. O referido autor aponta os seguintes casos:

- I - Issufo Queta e Paula Melo foram detidos e maltratados psicologicamente pelo simples fato de terem divulgado na televisão pública (RTGB) um comunicado da Liga Guineense do Direitos Humanos, que criticava a postura do então primeiro-ministro Intchamá;
- II - Na mesma estação televisiva, duas outras jornalistas foram suspensas por terem se recusado a cumprir diretivas que visavam manipular as notícias;
- III - O secretário de Estado da informação na época, Pedro da Costa, admitiu censurar notícias “em nome da paz e estabilidade do país”;
- IV - O correspondente de BBC de Londres foi chamado à Segurança de Estado por ter relatado o clima tenso existente entre o brigadeiro Ansumane Mané e o chefe de Estado;
- V - Três jornalistas da Rádio Pindjiguiti foram acusados pelo procurador-geral da república de difamação, por terem dito que “não se podia esperar bom desempenho do novo PRG, uma vez que, nas funções anteriores, não fez grandes coisas”;
- VI - O mesmo PGR ordenou o encerramento dos dois únicos jornais privados existentes na altura: Diário de Bissau e Gazeta de Notícias. (LOPES, 2015, p. 47)

¹⁸ OCS: Órgãos de Comunicação Social.

Ainda no que diz respeito a essas práticas, o Relatório sobre a Situação dos Direitos do Homem, produzido pela Liga Guineense dos Direitos Humanos para o período 2010-2012, enumera vários casos de atropelo à liberdade de imprensa.

Segundo o Relatório, em 2010,

“o assessor de imprensa do procurador geral da república, o jornalista Mama Saliu Sané, foi vítima de tentativa de rapto nas instalações da Rádio Bombolom, de violação domiciliária e os e seus autores deixaram aviso de que seria morto se deixasse de colaborar com o procurador”;

- Em 2011, “o governo de Carlos Gomes instruiu a ministra da presidência do conselho de ministro a acionar diligências necessárias com vista à suspensão do seminário “Última Hora” na sequência de um artigo cujo conteúdo versava o envolvimento de militares no assassinato do ex-presidente João Bernardo Vieira”;

- Um outro caso reporta a um artigo do Diário de Bissau sob o título “Guiné-Bissau o suposto narcotráfico”, publicado em maio de 2010. Aí, o diretor da publicação viu o seu equipamento destruído foi agredido e ameaçado de morte;

- Em 2011, “o jornalista da Bombolom, Infamara Conte, foi retirado à força dos estúdios e conduzido ao estado maior general das Forças Armadas, onde foi ameaçado e insultado, por ter feito uma reportagem sobre a apropriação indevida dos bens da população das cidades de Mansoa e Bissorã, supostamente por militares”;

- A seguir ao golpe de estado de 2012, o jornalista António Aly Silva foi violentamente espancado pelos militares que lhe confiscaram vários equipamentos de atividade jornalística, devido a isso, ele acabou por deixar o país;

- A 8 de novembro de 2012, o jornalista da Sol Mansi, Amadu Djaló, foi detido ilegalmente por militares ao noticiar o espancamento de um deputado do PAIGC;

- O delegado da RTP, Fernando Gomes, foi acusado de distorcer as notícias sobre o país e forçado a deixar o posto;

- O editor da Rádio Pindjiguiti, Suma Nasil, foi várias vezes procurado e ameaçado de morte, durante o processo do golpe de estado de 12 de abril, tendo o jornalista sido obrigado a procurar um esconderijo para salvar a pele¹⁹. (LOPES, 2015, p. 53)

De acordo com o referido autor, “as liberdades são cortadas” devido a atos de perseguição e de intimidação de alguns jornalistas e de alguns líderes dos movimentos rivais. Essa situação transforma a sociedade guineense em uma das sociedades em que a opinião é mais combatida, não tendo espaço nem incentivo.

¹⁹ Fonte: António Soares Lopes (Tony Tcheka) - Os Medias na Guiné-Bissau.

4.2 DESAFIOS PARA AS NOVAS GERAÇÕES

Quando paramos para refletir sobre a situação dos jovens na Guiné-Bissau, às vezes, isso nos leva a ter um olhar muito crítico por parte dos governantes que se encontram nesse país.

Segundo afirmação proferida pelo presidente do Instituto Nacional de Juventude (INJ), Lucas Sanhá (2013, apud DW, 2013):

a falta de qualidade na educação, a não existência de infraestruturas culturais e para a prática do desporto e a situação vivida na área de saúde nomeadamente no que diz respeito às doenças, são fatores que nos leva a concluir que a condição dos jovens na Guiné-Bissau é má.

Segundo Mané (2013, apud DW, 2013), um dos membros de movimento ação cidadã afirma que “Estamos realmente muito desacreditados com toda essa situação, de não termos lugar, onde não podemos ter sonhos, onde não podemos fazer os nossos planos”. Nessa situação, questionamos de seguinte forma: será que o futuro da Guiné-Bissau depende dos mais jovens?

Vale a pena trazer à tona a manipulação dos jovens guineenses por certos dirigentes políticos do país, o que hoje transformou a sociedade guineense em uma sociedade comandada pelos dirigentes políticos guineense. Falando à DW África, Cadija Mané considera a existência de “uma certa ‘instrumentalização’ dos jovens por parte dos partidos e candidatos políticos na altura das eleições”. Conforme ela observa, a Guiné-Bissau tem:

[...] um sistema altamente viciado, no qual são sempre as mesmas pessoas que têm de estar à frente e os jovens capazes e aptos são deixados de lado. Esses jovens só são lembrados durante as campanhas eleitorais. O jovem apoia, mas depois não é tido em conta para o desenvolvimento do país. (MANÉ, apud DW, 2013)

Com observação de Mané (2013), podemos perceber que, na Guiné Bissau, os jovens são desvalorizados pelos dirigentes políticos do próprio país (os *djintons*²⁰), que, muitas vezes, procuram usar os jovens para seus fins pessoais, principalmente nos períodos das eleições.

²⁰ *Djintons*: Pessoas de alto prestígio, ou seja, as elites.

Figura 1 - Jovens com falta de oportunidades



Fonte: Acervo do autor (2017).

De acordo com a pesquisa, percebemos que as dificuldades com as quais os jovens se deparam para encontrar emprego, ou seja, de condições financeiras no sentido de continuar com a formação, são os motivos pelos quais alguns permanecem nas bancadas²¹ dia a dia. Por outro lado, há muitos desses jovens que hoje procura possibilidades para emigrar devido à falta de oportunidades, ou seja, à falta de uma política de produção através da qual os jovens possam construir o seu futuro para um amanhã melhor. Outra razão tem a ver com a sucessiva instabilidade política vivida no país há muitos anos, e que traz consigo o desespero para a vida de alguns jovens.

Segundo Sanhá (apud DW, 2013), presidente de Instituto Nacional de Juventude (INJ), “deve haver uma política nacional de juventude, para que os problemas que afetam os jovens possam ser solucionados”. Dito Max (apud DW, 2013), presidente do Conselho Nacional de juventude (CNJ), refere que “a situação dos jovens não é má, mas precária face a problemas na educação, no setor da saúde e a falta de emprego entre os jovens. Tal pode causar uma situação perigosa para o país”.

E difícil pensar no desenvolvimento de um país sem pensar nas futuras gerações. A primeira coisa é pensar e prestar atenção nas juventudes, para depois dar passos para frente. Os jovens são os futuros dirigentes do país. O motor do desenvolvimento não é

²¹ *Bancada*: Espaço ou local de encontro de diversão coletiva de pessoas.

apenas uma correia de transmissão colocada no ponto de encontro entre a herança do passado e as perspectivas do futuro.

Segundo Indjai, no seu artigo de opinião retirado no blog do Didinho aponta que:

Os jovens, assim com os mais velhos, têm a responsabilidade de construir e projetar uma sociedade futura onde os direitos humanos são respeitados, a justiça exercerá o seu papel de regulador do Estado de direito, as guerras das armas serão trocadas por debates de ideias, as tentativas de golpes de Estado ficarão apenas registradas na história e desaparecerão do cenário político da Guiné-Bissau. Tudo isso são grandes sonhos dos jovens da Guiné-Bissau (ADULAI INDJAI, Blog, didinho, 2008).

Os jovens merecem ser privilegiados no sentido de produzir suas capacidades produtivas, portanto, uma das responsabilidades do governo é de criar mecanismos, ou seja, de fortalecer as instituições públicas baseando-se em regras claras, sem dar privilégios para determinadas pessoas.

Fechando este sessão, partimos da ideia de que as lutas pelo controle do poder na Guiné-Bissau contribuíram para inúmeros conflitos, principalmente sucessivos golpes de Estado, a desvalorização das leis democráticas que tem nas suas características, a liberdade individual, igualdade perante a lei, sem distinção de sexo, raça, direito ao voto etc. Desde a independência até hoje, os guineenses não sabem do destino do país devido às sucessivas instabilidades políticas, aos conflitos entre dirigentes políticos, à queda de governos, aos problemas no seio de partidos, perseguição políticas, espancamentos, torturas, entre outras situações de uso de força, que não obedecem aos preceitos e padrões de nações livres e democráticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa feita, concluímos que as lutas pelo poder e o desrespeito pelas leis democráticas são uma das razões principais que levaram Guiné-Bissau a todas as instabilidades durante muitos anos. E é a população guineense que acaba sendo vítima dessas instabilidades. Além disso, compreendemos que todos os problemas recentes na Guiné-Bissau são frutos de vários outros problemas do passado, o que ficou se multiplicando nos últimos tempos; e a instabilidade política contribui para a violência na sociedade guineense, sobretudo devido à falta de diálogo entre as elites políticas do país. Por outro lado, a pesquisa nos proporciona um olhar de que o desenvolvimento da Guiné-Bissau só pode ser encontrado tanto com o esforço das elites como de todos os guineenses em geral. Ainda, entendemos que as instabilidades políticas que afetaram a Guiné-Bissau há muitos anos e continuam até os dias atuais só podem ser resolvidas com as contribuições de todos os guineenses.

De acordo com análise das referências usadas no trabalho, percebemos que é bom que os guineenses saibam que os problemas que afetam o país há muitos anos não vão ser resolvidos por outros países, mas, pelo contrário, teremos que ser nós, guineenses, a resolver os nossos problemas a fim de encontrarmos um caminho para o desenvolvimento do país.

A pesquisa nos leva a entender que todas essas instabilidades que assolam a Guiné-Bissau vêm contribuindo de certa forma para crise socioeconômica no país, o que contribui para a fraca participação dos empresários quanto ao investimento no país. A juventude guineense não tem acesso à educação e saúde de qualidade, sendo manipulada ou instrumentalizada pelos políticos do país como forma de atingirem seus objetivos. Os políticos não dão oportunidade aos jovens para poderem trabalhar para o progresso do próprio país. A Guiné-Bissau para encontrar um rumo certo e isentar-se das instabilidades políticas a primeira coisa que deve ser feita pelos dirigentes políticos é respeitar as leis do processo democrático, aceitar a legitimidade dos adversários políticos, respeitar a voz do povo, o que muitas vezes não funciona na Guiné-Bissau. Reconhecer que todos os partidos políticos legais têm os mesmos direitos e as mesmas obrigações, criar mecanismos que visam manter uma boa governação, enfatizar a política de reformas em todos os setores públicos do país, dar mérito a quem merece. Olhar para as gerações novas, reduzir a prática do amiguismo, de parentesco e da

demagogia. Criar meios para setor da Educação e da saúde, fortalecer a política do ensinamento, criar mecanismos com base das leis claras durante o processo de concurso público na base de leis claras.

Portanto, entendemos que é aos mais velhos, bem como principalmente aos jovens guineenses que cabe trabalhar para o desenvolvimento do próprio país. Entendemos que é bom que os políticos guineenses comecem a pensar numa política que vai permitir o diálogo entre os guineenses no sentido de encontrar soluções ou resolução dos problemas ou as instabilidades políticas ocorridas no país. Para isso, é necessário também levar em consideração as estratégias que possam eliminar o uso da força que muitas vezes gera violência, estimulando a insegurança e pondo em causa os direitos de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Gramond, 2007.

ABREU Rafael, Relatório. **OPLOP 21 - A (des)construção de uma nação**: os conflitos na Guiné-Bissau. Disponível em: <http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2235/relatorio-oplop-21-desconstrucao-de-uma-nacao-os-conflitos-na-guine-bissau>. Acesso em: 7 mar. 2016.

CARVALHO, Celisa dos Santos Pires de. **Guiné Bissau**: instabilidade como regra. Dissertação (Mestrado em Ciência Política Cidadania e Governança) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/5960/1/Celisa%20Carvalho%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2016.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau**: da luta armada à construção do estado nacional conexão entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/13102014095742.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CIDAC. In: FUNDAÇÃO MÁRIO SORES. **Relatório sobre a situação atual na Guiné-Bissau**. 1980.

CORREIA DE SÁ, Franklin. **Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné Bissau**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/000758576Pdf?>. Acesso em: 2 set. 2016.

CORDEIRO, Roberto Sousa. **Dança de Cadeira**: golpes de Estado entre o autoritarismo e a democracia guineense. s./d. Disponível em: <http://www.didinho.org/Dancadecadeira.pdf> Acesso em: 15 set. 2016.

DJALÓ, Tchernó. **O mestiço e o poder**: identidades, dominações e resistências na guiné. Editora Assíria Bacelar, Nova Vega, 2012

DUMAS TEIXEIRA, Ricardino Jacinto. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**: as relações entre a Sociedade Civil e o Estado. Editora UFPE, Recife, 2015

DUMAS TEIXEIRA Ricardino Jacinto. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGC-UFPE, Recife, 2008. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/SOCIEDADECIVILEDEIZACAONAGUINEBISSAU19942006.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

DW. **Jovens vivem uma “má” situação na Guiné-Bissau.** 2013. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/jovens-vivem-uma-m%C3%A1-situa%C3%A7%C3%A3o-na-guin%C3%A9-bissau/a-16904627> Acesso em: 05 ago. 2016.

DW. **Guiné-Bissau: perseguição e violência não faz parar os jovens.** 2013. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/guin%C3%A9-bissau-persegui%C3%A7%C3%A3o-e-viol%C3%Aancia-n%C3%A3o-faz-parar-os-jovens/av-16828791>. Acesso em: 5 ago. 2016.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade a separação.** Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/tesemestguinebissau00069335.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2016.

FIDELIS, Silva Gomes da Arrais. **Inserção política em Guiné-Bissau: no processo de transição democrática 1994-2012.** Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/66987/000871767.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 set. 2016.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. **Relatório do FMI nº 15/195.** Os custos da fragilidade na Guiné-Bissau: Instabilidade Política Crônica 2015. Disponível em: <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/SCR/2015/cr15195p.pdf> Acesso em: 20 mai. 2017.

GOMES, João Carlos. **Polón de Brá: reflexão sobre uma guerra devastadora e desnecessária ao povo da Guiné-Bissau.** Bissau: INACEP, 1998.

INDJAI, Adulai. **A juventude Guineense entre o desespero e a esperança.** 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/LAECIO%20MONTEIRO/Papel%20de%20parede/Mate%20rias%20De%20Pesquisa/A%20JUVENTUDE%20GUINEENSE%20ENTRE%20O%20DESESPERO%20E%20A%20ESPERAN%C3%87A.html>. Acesso em: 19 ago. 2016.

KOHL, Christoph. Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau. In: **Tensões Mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades**, v. 7, n. 13 jul./dez. 2011.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo verde Guiné-Bissau: da democracia revolucionária a democracia liberal.** Bissau: INEP, 2001.

LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao estado.** Bissau: INEP, 1987.

LOPES, António Soares. **Os media na Guiné-Bissau.** Bissau, 2015

O'REGAN, Davin; THOMPSON, Peter. **Promover a estabilidade na Guiné-Bissau: Lições do primeiro narco estado de África.** Disponível em: <http://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASR02PT-Promover-a-Estabilidade-e-a-Reconcilia%C3>

%A3o-na-Guin%C3%A9-Bissau-Li%C3%A7%C3%B5es-do-Primeiro-Narco-Estado-de%C3%81frica.pdf. Acesso em: 3 set. 2016.

Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau: a força sem discernimento colapsa sob o seu próprio peso. 2008/2009. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?cid=47A7B39F11363460&id=47A7B39F11363460%21256&parId=47A7B39F11363460%21108&o=OneUp> Acesso em: 08 set. 2016.

SANGREMAR, Carlos et al. **A evolução política recente na Guiné Bissau:** as eleições presidências de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil. 2005. Disponível em: [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc trabalho/70.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc%20trabalho/70.pdf). Acesso em: 20 jul. 2016.

SEMEDO, Rui Jorge. O Estado da Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais. **Tensões Mundiais:** Revista do Observatório das Nacionalidades, v. 7, n. 13, jul./dez. 2011.

SOUSA, Julião Soares. **Guiné-Bissau: a destruição de um país:** desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional. Coimbra: Pantone, 2012.